

A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ (1950-1980): CONFLITOS AGRÁRIOS, PIONEIROS E MEMÓRIAS

THE CONSTITUTION OF THE SCHOOL IN SOUTHWESTERN PARANÁ (1950-1980):
AGRARIAN CONFLICTS, PIONEERS AND MEMORIES

LA CONSTITUCIÓN DE LA ESCUELA EN EL SUROESTE DE PARANÁ (1950-1980):
CONFLICTOS AGRARIOS, PIONEROS Y RECUERDOS

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia¹

Resumo: O presente estudo pretende investigar a constituição das escolas nos municípios do sudoeste do Paraná. Em meio às disputas e conflitos agrários se instalaram povoados e escolas com pouca estrutura. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter histórico a partir de revisão de literatura.

Palavras-chave: Escola; conflitos agrários; história da educação.

Abstract: The present study intends to investigate the constitution of schools in the southwestern Paraná municipalities. Amidst disputes and agrarian conflicts, villages and schools with little structure were installed. This is a qualitative research with a historical character based on a literature review.

Keywords: Schools; agrarian conflicts; history of education.

Resumen: El presente estudio pretende investigar la constitución de escuelas en los municipios del suroeste de Paraná. En medio de las disputas y conflictos agrarios, se instalaron aldeas y escuelas con poca estructura. Se trata de una investigación cualitativa de carácter histórico basada en una revisión de la literatura.

Palabras clave: Escuelas; conflictos agrarios; historia de la educación.

Introdução

A história da região do Sudoeste do Paraná pode ser considerada recente quando comparada com outras regiões brasileiras e mesmo no contexto paranaense. Na prática, a ocupação da parte oeste do sul do Brasil sempre foi uma preocupação do Estado que vem desde o século XIX. Segundo Wachowicz (1985), a vinda da Família Real em 1808 já deixava claro os interesses do governo português em ocupar a área conhecida como Campus de Guarapuava. Era uma extensa área que ia dos Campos Gerais até o rio Paraná.

Para Schelbauer (2014) a ocupação de extensas regiões do Paraná envolvendo o norte, o oeste e o sudoeste do estado fizeram parte de políticas de ocupação incentivada por governadores ao longo do século XX. Assim, paulistas e mineiros se estabeleceram na região norte do estado e populações descendentes de alemães e italianos se concentraram no oeste e sudoeste. Iniciativas do governo federal também foram implementadas. Durante o governo de Getúlio Vargas, diversos projetos, como a Companhia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), foram responsáveis pela fixação de pessoas vindas de outros estados. Ocupar a fronteira com pessoas e atividades agrícolas era importante para inibir qualquer possível tentativa de invasão por parte dos países vizinhos.

A formação de um território agrícola com o apoio da CANGO, cuja sede foi localizada na atual cidade de Francisco Beltrão, foi uma iniciativa importante para a constituição da região. Por meio dessa iniciativa buscava-se atrair os colonos dos estados vizinhos, como Rio Grande

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul.

do Sul e Santa Catarina, para a ocupação das terras. Assim, as políticas governamentais garantiam algumas condições iniciais para a instalação das famílias migrantes, como o acesso a madeiras para a construção de casas, sementes, ferramentas agrícolas e atendimento médico.

É importante dizer que o Sudoeste não era uma área vazia, desprovida de populações até a chegada dos chamados pioneiros gaúchos e catarinenses, como alguns estudos dão a entender. O local durante muito tempo foi utilizado, tanto por brasileiros como argentinos para a extração da erva-mate e da madeira. As populações indígenas e caboclas que ali viviam, mantinham uma agricultura de subsistência. Embora não existam relatos de conflitos diretos entre os pioneiros e os nativos da terra, o fato é que essas populações foram expulsas de suas terras e significativamente reduzidas.

Entre os empreendimentos da Companhia estava a criação de escolas. Em 1948 foi construída a primeira escola, segundo registros presentes em relatos e documentos oficiais. A companhia ergueu e manteve vinte e sete escolas rurais de educação primária. Estas foram distribuídas por toda área de atuação. É oportuno destacar, que devido à falta de professores, a própria comunidade escolhia a pessoa com maior instrução para atuar como professor (CATTELAN, 2014).

Juntamente com as iniciativas da CANGO na instalação de escolas, especialmente no campo, a Igreja esteve atuante na criação de instituições escolares urbanas. Estas foram mais evidentes em cidades como Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Capanema, Enéas Marques e outras. Na verdade, foi uma Ordem Religiosa conhecida como de Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Em sua dissertação, Belliato (2017) afirmou que se tratava de um pequeno grupo de oito freiras vindas da Alemanha. O objetivo da ordem era criar e fundar escolas em lugares pobres e distante dos grandes centros, como era o caso do sudoeste paranaense.

Na cidade de Francisco Beltrão a ordem religiosa foi responsável pela criação de diversas instituições escolares. Instituíram cursos de ginásial e colegial, além de duas escolas de formação de professores que foram as primeiras a seres criados na região, iniciativas em parceria com o Governo do Estado. Dessa forma, as irmãs ficavam responsáveis pela seleção de professores e gestão das instituições de ensino e o Estado fornecia os recursos para sua manutenção.

Aqui, o objetivo é contribuir para melhor compreender o processo de constituição das instituições escolares na região Sudoeste do Paraná. Para isso, buscamos apoiar nossas reflexões a partir de um conjunto de estudos sobre a temática que envolveu o debate sobre a história das instituições escolares. Assim, busca-se compreender o papel da escola em uma região de ocupação recente e permeada por conflitos de terra. A organização dos espaços escolares em locais de difícil acesso e as dificuldades de sobrevivência das populações do campo, são alguns, dentre outros elementos presentes na história da educação da região do Sudoeste paranaense. Neste sentido, optamos por identificar a constituição da escola em meio às mudanças que ocorriam, tanto localmente como o que se passava a nível nacional. É por meio desse procedimento metodológico que buscamos estabelecer a relação entre o contexto social, político, econômico e cultural e assim lançar luz para as reflexões sobre a função social da escola.

Com a intenção de conhecer a história da escola nessa região, bem como subsidiar novas pesquisas e reflexões sobre a formação de professores empreendemos essa pesquisa. Desta forma, foi possível localizar a constituição das instituições escolares em um dado momento histórico, no qual o país abandonava sua condição de rural e, essencialmente agrícola, para adotar a urbanização e a industrialização, mesmo sem perder a sua condição de economia dependente.

Os estudos sobre a instituição escolar

Atualmente as pesquisas sobre a história da educação tornaram-se uma importante área de investigação. No país, segundo Nosella e Buffa (2006), desde a década de 1990 as pesquisas em história da educação ganharam um novo folego. Isso vem se refletindo, tanto no número de

publicações como na diversidade de temas e abordagens. Dentro dessa pluralidade temática, destaca-se os trabalhos sobre as instituições escolares. Parte disso se deve a criação e expansão dos cursos de Pós-Graduação, principalmente nas regiões Sudeste e Sul (NOSELLA, 2010). Houve também uma ampliação de novas fontes, como materiais didáticos diversos, relatos orais, imagens, arquitetura das escolas e diversas outras. Assim, foi possível promover diferentes interpretações das experiências e dos fatos, bem como formas de compreender a identidade das escolas e as condições educacionais presentes nos diferentes espaços e tempos em que se dava a investigação.

Quando se desenvolvem estudos e pesquisas sobre a história da educação, se faz necessário considerar os diversos fatores de ordem econômica, social, política, religiosa e cultural que permearam a constituição e a organização dos espaços escolares. Dessa forma, a dinâmica da construção das primeiras escolas pode envolver questões como valores, sentidos e representações. Isso pode levar a uma abordagem muito particular e singular sobre o objeto de estudo que pouca ou nenhuma relação estabelece com o contexto social e histórico no qual a escola se encontra. Para evitar que isso ocorra, é importante um esforço do pesquisador em cotejar dados empíricos com o contexto mais amplo. É necessário um trabalho cuidadoso de investigação e espírito crítico que pode ajudar a revelar como se dá a relação entre o particular e o geral. Como argumenta Sanfelice (2008): “após o exaustivo levantamento e apresentação de dados empíricos de um objeto singular – instituição escolar – é ainda necessário explicitar suas múltiplas relações com o contexto social, político, cultural e econômico, entre outros” (p. 15).

Sabe-se que, por meio da criação da CANGO, as terras da região do Sudoeste do Paraná começaram a ser colonizadas. As famílias dos migrantes que chegavam nessa região, apresentavam pouca ou nenhuma escolaridade. Os registros demonstram que a maioria dos filhos dos migrantes, bem como dos caboclos eram analfabetos. Um fato importante a ser destacado, foi que, além da ocupação das terras, a Companhia Agrícola buscava desenvolver uma economia local, o que, nesse sentido, tornava necessário intensificar e promover a escolarização. Tratava-se, de certa forma, de um projeto audacioso de colonização, pois além de regular e distribuir terras para as famílias de pioneiros, a empresa colonizadora previa a instalação de escolas e outros equipamentos necessários para a manutenção das pessoas na terra. Desta forma, compreender os desafios que marcaram a dinâmica da organização das primeiras escolas possibilita um novo olhar para a realidade educacional.

No Sudoeste as classes multisseriadas foram constituídas para atender a realidade da educação do campo. Ali, naquele espaço, conviviam crianças de diferentes faixas etárias, uma vez que não havia o número suficiente de alunos para formar turmas seriadas. A princípio esta informação parece comprovar muito do que ocorria em diferentes regiões do Brasil, no entanto é preciso localizá-la no contexto de uma nação que até a década de 1950 possuía uma população predominantemente rural e que ainda ensaiava políticas educacionais de maior alcance. Há uma relação entre o que ocorreu na região e o que estava sendo articulado na política nacional. Como indicam Nosella e Buffa (2006, p. 7): “a dificuldade principal reside exatamente aí: conseguir evidenciar, de forma conveniente, o movimento real da sociedade, como insistem os marxistas. Evidenciar essa totalidade exige a adoção do método dialético e sua aplicação habilidosa”.

São muitos os exemplos dos que podem ser estabelecidos na relação entre escola e sociedade. Por isso, torna-se necessário preservar e valorizar as diferentes formas de registros históricos, bem como as memórias que marcam a trajetória da educação da região do sudoeste do Paraná. Assim, estudos e publicações sobre história das instituições escolares nos indicam pistas importantes que ajudam a compreender o processo da escolarização e suas inserções no plano mais amplo das medidas governamentais. Essas, no caso específico da região do sudoeste paranaense, buscavam, naquele período, ocupar as fronteiras, garantir a presença das pessoas nos campos e legitimar a soberania do Estado brasileiro na região.

Uma escola para colonos

Para compreender como ocorreu o processo de criação das escolas na região Sudoeste é importante entender como se deu a ocupação das glebas de terra, de onde veio a maioria dos habitantes e que porque motivações ali se instalaram. A intensificação do povoamento, especialmente na porção mais voltado para o oeste da região ocorreu a partir do ano de 1940. Já o lado mais a leste, já vinha sendo ocupada com propriedades voltadas à produção de café desde o século XIX.

Como já mencionamos, a posse e povoamento do Sudoeste insere-se em um conjunto de medidas, tanto por parte do Governo Estadual como do Federal para garantir a posse da área, principalmente aquela que estava mais próxima da fronteira com a Argentina, dados os interesses do país vizinho na área. Entre as iniciativas podemos citar o projeto político do Governo Federal intitulado de “Marcha para o Oeste” (ZATTA, 2016). Com isso, no ano de 1943 se instalou nessa região a chamada Companhia Agrícola Nacional General Osório. Esta iniciativa tinha a função de colonização de áreas tidas como vazios demográficos, especialmente na área de fronteira, evitando assim a ocupação das terras por povos vizinhos. Na prática não se tratava de um espaço vazio, uma vez que aqui estavam indígenas e caboclos que vivam da coleta e da agricultura de subsistência. Assim Mondard e Backes os descreve:

Constituíam-se *genericamente* pela miscigenação de índios, negros e brancos, mas, o que os caracterizava substancialmente em relação à região Sudoeste paranaense, era o modo de vida que os circundava, através da extração de erva-mate, criação de animais (principalmente o suíno), coleta de frutos (principalmente o pinhão) e a caça de animais silvestres (tateto, porco do mato e veado) (2008, p. 07).

Com a instalação da CANGO, foram distribuídos lotes de terra gratuitos às famílias. A oferta das terras levou muitas pessoas do oeste catarinense e também do noroeste do Rio Grande do Sul a migrarem para o sudoeste paranaense. O povoamento se instalou inicialmente às margens do Rio Marrecas, e com ele veio a construção de serraria, hospital, olaria, ferraria e uma escola, na qual em 1948 ocorreu a primeira aula (CATTELAN; CASTANHA, 2013). Essas primeiras instalações eram todas feitas em madeira, uma vez que a terra, até então, estava coberta de mata de araucárias. Neste contexto, a serraria era uma das primeiras edificações a ser construída, sendo assim possível transformar as frondosas árvores em matéria-prima para as construções. A partir de então tinha-se dado o início da ocupação. Em uma publicação da década de 1960 da Revista Geográfica Brasileira, Martins *et al.* demonstra como se deu a ocupação das terras do sudoeste:

Em 1940 o Sudoeste paranaense apresentava uma densidade demográfica de apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado, correspondendo à cerca de 23 000 habitantes (33), 15 vezes inferior à densidade demográfica de 1967. Essa enorme diferença de densidade deve-se principalmente ao afluxo de colonos gaúchos e catarinenses, sobretudo daqueles que se deslocaram de seus estados para a região. Esse movimento migratório para o Sudoeste começou a tomar vulto a partir de 1945, e resulta de problemas relacionados às densidades agrárias, à subdivisão fundiária, e ao esgotamento dos solos nas regiões coloniais de povoamento mais antigo (MARTINS *et al.*, 1970, p. 06).

A colonização nem sempre foi tranquila, houve também muitos impasses e lutas dos colonizadores que ali tinham se instalado com a ajuda da companhia de colonização. Em 1951 a CITLA (Companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.) se instalou na região, a fim de retomar a posse das terras que alegavam serem de sua propriedade. A forma com a empresa agia,

contratando jagunços para forçar os agricultores a pagarem pela posse de terras levou ao maior levante que a região já vivenciou. A população se armou e desafiou o poder da empresa. Com isso ocorreram muitas mortes e conflitos com os jagunços, como eram chamados os homens que estavam a mando da CITLA para recuperarem as terras. (CATTELAN, CASTANHA, 2013).

Segundo denúncias da época, o então governador Moysés Lupion era sócio da CITLA e tinha interesse na questão. Em outubro de 1959 a revista Panorama de Curitiba fazia alusão ao conflito:

A invasão de propriedade de propriedades no sudoeste paranaense pelos medidores de companhias de terras de propriedade do Sr. Moysés Lupion e sócios, resultou em revolta armada que repercutiu em toda a nação. Colonos enfurecidos ocuparam a cidades. A polícia enviou tropas com ordem de chacinar os colonos, caso esses resistissem. A cidade de Barracão, por exemplo, foi tomada de assalto por colonos que prenderam o delegado e soldados (FELJÓ, 1959, p. 4).

Como o povoado se instalou às margens do Rio Marrecas, o lugar ficou conhecido como Vila Marrecas. Esta foi emancipada do município de Clevelândia em 1951 e em 1952 passou a ser município, tendo como nome de Francisco Beltrão que é uma homenagem ao engenheiro que atuou na colonização (CATTELAN; CASTANHA, 2013). Mas, somente após a primeira eleição que se deu oficialmente o título de município. Isso ocorreu em 09 de novembro de 1952 quando da primeira eleição e em 14 de novembro a posse do primeiro prefeito. Tudo isso consolidou oficialmente a localidade em município.

Antes da emancipação, a Vila Marrecas possuía, em 1947, cerca de 2.529 habitantes. Depois de 02 anos a Vila possuía mais de 6.000 mil habitantes (CATTELAN; CASTANHA, 2013). Isso fez com que a população demandasse por mais escolas. Nesta época, havia cerca de 15 unidades escolares que eram mantidas pela CANGO, sendo uma dessas localizada na sede do município e as outras todas em lugares mais afastados pelo interior do município. Após a emancipação da cidade, a CANGO continuou mantendo as escolas, mas houve a necessidade da administração municipal de Francisco Beltrão assumir a construção de mais escolas, principalmente em locais mais distantes.

A maioria dos professores nesse período eram desprovidos de formação, então as pessoas que detinham um pouco mais de conhecimento se tornavam os professores nas escolas. As instalações escolares deste período eram de classes multisseriadas. Para a escolha dos professores era feita uma reunião na comunidade. Assim, população da mesma decidia, entre eles, quem era aquele que iria assumir as classes (CATTELAN, 2018). Algumas pessoas questionavam como poderia ser entregue o conhecimento de seus filhos a alguém sem uma formação adequada. Contudo, devido à escassez de docentes, era o que poderia ser feito na época. Esta situação de falta de profissionais formados também foi mencionada em um artigo da Revista Geográfica Brasileira:

Também devido a esse tipo de povoamento recente relaciona-se o elevado número de professores não-formados, tanto no ensino primário como no médio; em 1964, segundo o Censo Escolar, cerca de 80% do corpo docente do ensino primário de toda a região era constituído por pessoas que tinham apenas o curso primário completo ou incompleto. As exceções parecem ser encontradas apenas em Pato Branco e em Francisco Beltrão, as duas principais cidades regionais, e na cidade de Planalto, onde se processou uma colonização organizada, tendo havido imigração de professoras primárias formadas. No ensino médio é comum que os professores sejam recrutados entre os advogados, contadores, dentistas farmacêuticos, bem como entre aqueles que possuem o curso de professor primário (MARTINS *et al.*, 1970, p. 103).

Com o passar dos anos e a chegada de mais imigrantes, juntos desses também vieram para essa região mais crianças e jovens em idade escolar. Mesmo com o passar dos anos o número de professores leigos ainda era alto. Cattelan (2018) apresentou alguns dados que são bem alarmantes, começando pela forma como as pessoas se tornavam professores. Era realizada uma prova que tratava das quatro operações básicas da matemática e um ditado de cerca de 20 palavras. Calcula-se que o número de professores sem habilitação superava quarenta por cento das classes do interior do município. Esta situação vai se manter por mais tempo. Em um Relatório da Administração do Prefeito Deni Lineu Schwartz (1969-1973) ainda havia menção a escassez de professores normalistas para assumir salas de aula, especialmente no meio rural.

Racionalização dos recursos humanos mediante o contrato de pessoal classificado por concursos de habilitação, dando-se prioritariamente ao professor normalista, fornecendo-lhe condições para atuar no interior. Apesar dos esforços dispensados nesse sentido, há muito a desejar (FRANCISCO BELTRÃO, 1973, p. 85-86).

O Relatório também afirma que “está havendo problema, cada vez mais sério, para o recrutamento de professores, inclusive normalistas, que tendem a continuar os seus estudos em outras cidades” (FRANCISCO BELTRÃO, 1973, p. 93).

No ano de 1964 já havia alguns cursos de formação para os professores, esses cursos eram ofertados na cidade de Francisco Beltrão e duravam cerca de quarenta dias. Tais cursos eram para auxiliar os professores a planejarem suas aulas e também os auxiliavam com material didático. Essa formação de curta duração era para todos os professores, tanto os da cidade quando aos que trabalhavam no interior do município. Um dado que chama atenção era que além dessa formação, os professores do meio rural se reuniam separadamente para planejarem juntos aulas específicas para alunos do campo (CATTELAN, 2018).

Já ao final da década de 60 também havia registros de outros cursos ministrados para os professores, um deles foi de matemática moderna. Curso este que era oferecido pelo IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas). Ele não era gratuito, era necessário o pagamento de taxa. Além deste, eram oferecidas outras formações que visavam trazer um aperfeiçoamento para o professor, disponibilizando novos métodos para que o processo de ensino e aprendizagem. A oferta de cursos visava, ainda que precariamente, dar uma formação básica às professoras e professores.

Com isso, já na década de 70, a indústria e o comércio da região que se mostrava mais dinâmico, atraía cada vez mais compradores e novos habitantes que vinham especialmente do campo para a cidade. Houve uma desvalorização do homem no campo (GROFF; ZANCANELLA, 2018) e uma crescente migração de populações do meio rural para as cidades. Contudo, isso teve pouco impacto no que se refere à formação de professores nesse momento. Os cursos de nível médio para formação de professores para séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil expandiu-se para diversas cidades da região, como Francisco Beltrão, Pato Branco e Capanema. A partir do final da Década de 1970, verificou-se um esforço dos municípios na adoção de um currículo comum e o aprimoramento da didática com um melhor aproveitamento dos recursos que eram disponibilizados (CATTELAN, 2018). Aqueles que tiveram interesse na formação superior para professores deslocavam a longas distâncias.

A constituição da escola no sudoeste paranaense estava atrelada aos projetos de ocupação de áreas até então pouco exploradas e que de certa forma representava um desafio para consolidação das fronteiras e também a construção da hegemonia do país na América do Sul. Além disso, é preciso considerar a nova fase de expansão do capitalismo mundial que transferiu para as nações periféricas, como a nossa, parte importante de suas indústrias. Em pouco mais de trinta anos (1950-1980) o Brasil vivenciou transformações significativas na sua matriz

produtiva. Passamos por mudanças que a Europa e os Estados Unidos demoram séculos para atingir. Houve uma expansão urbana sem precedentes e consequente esvaziamento dos campos:

Este crescimento foi comandado pela indústria de transformação que, no conjunto, cresceu a uma taxa média de 8,5 por cento ao ano: na verdade, o crescimento brasileiro no período foi profundamente marcado pela notável expansão da indústria de bens duráveis de consumo, que cresceu à taxa média de 15,3 por cento ao ano, atingindo taxas de crescimento superiores a 23,0 por cento ao ano nos momentos expansivos dos ciclos que ocorreram no período (1955-62 e 1967-73). Também os setores de bens intermediários e de bens de capital cresceram a taxas médias elevadas (10,5 e 12,8 por cento ao ano, respectivamente) (FARIA, 2008, p. 188).

Como apontou Faria (2008) é difícil qualquer país passar por um período tão intenso de expansão econômica sem vivenciar o outro lado dessa condição. Na verdade, antigos problemas tornaram-se mais visíveis e outros surgiram, como a concentração demográfica nas cidades, precarização das condições de moradia, saúde, educação e outros. A expansão da indústria de bens duráveis e de produção exigiu uma grande concentração de capitais. No entanto esse processo não permitiu a instalação de um setor industrial autônomo em relação ao capital externo. Estas empresas, “desenvolveram-se dependentes — direta ou indiretamente — do grande capital internacional ou multinacional” (FARIA, 2008, p. 190).

Em pleno contexto de intensa urbanização e industrialização a região sudoeste do Paraná se constituía em uma área que precisava ser inserida no modelo econômico vigente, ainda que na condição de fornecedores de matérias-primas e ampliação do mercado consumidor para os novos produtos fabricados pelas multinacionais. Assim, a constituição da escola tinha como objetivo a formação de novos trabalhadores e consumidores que pudessem responder aos interesses da expansão do capital multinacional e, ao mesmo tempo, consolidar a ocupação de áreas, previsto nos projetos de colonização que vinham sendo implementados pelo Estado brasileiro desde as primeiras décadas do século XX. Garantir a presença da escola, mesmo que inicialmente em condições precárias, improvisadas, com professores sem formação adequada era uma forma de inserir a nação no mundo industrial e urbano.

Mesmo que inserida de forma mais tardia às fronteiras nacionais, do ponto de vista econômico e demográfico, a região sudoeste acompanhava o que já vinha sendo implantado pelas políticas educacionais da época. Entre elas a massificação do acesso à escola para amplos setores da população. Havia a preocupação de garantir a matrícula nas séries iniciais do que hoje chamamos de Ensino Fundamental. O mesmo não ocorria em relação ao ensino de nível médio, uma vez que o número de escolas era muito reduzido:

No curso ginásial clássico as unidades escolares estão presentes em 22 cidades e em uma única vila, a de Pranchita, no município de Santo Antônio do Sudoeste, inexistindo apenas em Salgado Filho e em Itapejara do Oeste. Já no 2º ciclo encontra-se o curso comercial nas cidades de Pato Branco, Vitorino, Mariópolis, Chopinzinho, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste e Planalto, enquanto o curso científico é encontrado apenas em Pato Branco. Como curso de formação profissional a região conta com escolas normais em Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema, e ginásios agrícolas em Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste (MARTINS *et al.*, 1970, p. 102).

Uma das possíveis explicações pela ausência de escolas de nível médio estava também no pouco interesse que os jovens, especialmente os que residiam no meio rural de frequentar esses cursos. Martins *et al.* (1970) verificou que mais de mais de 80% dos pais dos alunos das

instituições de ensino *La Salle* de Francisco Beltrão e do Colégio Estadual Comercial de Pato Branco viviam nas sedes urbanas dos respectivos municípios. Outro aspecto que pode ser mencionado era a falta de uma formação voltada para a vida no campo. Os cursos ofertados, na sua maioria, estavam voltados para uma educação eminentemente urbana. Assim, aquele jovem que mesmo sendo oriundo do meio rural, depois de concluído sua formação, para lá não queria mais voltar. Isso é muito evidente até nos dias atuais. Embora a escola fosse de certo modo reivindicada pelas populações locais e mantida, ainda que com algumas deficiências pelas autoridades instituídas, ela de fato não respondia aos anseios dos agricultores, especialmente dos pequenos e médios proprietários que constituía a maioria.

Considerações finais

A história da constituição da escola no sudoeste paranaense revela características e marcas que lhe são próprias e dizem respeito às peculiaridades do contexto e dos indivíduos que lá viviam e outros que chegaram depois. Diferentes elementos naturais, econômicos, culturais, políticos e sociais deram origem a uma forma própria de organização e de relações humanas que, por sua vez, não se constituiu sem manter íntimas e estreitas ligações com o que ocorria no país na segunda metade do século XX. Fase esta marcada pela expansão do capitalismo multinacional que aqui chegava com forte impacto na industrialização de bens de consumo e duráveis, vertiginosa urbanização, degradação ambiental e significativos movimentos de deslocamentos de populações em diferentes regiões, especialmente do Norte em direção ao centro sul.

Como parte deste processo, ocorreram as políticas de ocupação e desbravamento do interior brasileiro. Não é por acaso que temos a inauguração da nova capital federal (Brasília) em plena região do planalto central. A ocupação da faixa oeste do sul do país era parte destes projetos de expansão e consolidação do território nacional, especialmente da região de fronteira. Integrar o interior brasileiro ao novo projeto de uma nação urbana e industrial, como fornecedora de matérias-primas e possível formação de mercado consumidor, era parte importante dos planos desenvolvimentista dos anos de 1950 e mantidos pelos governos militares das décadas seguintes. Neste contexto, a criação e expansão das redes escolares estava atrelada a um projeto de nação que buscava atender aos interesses do mercado e do grande capital. A escola entra como uma ferramenta para consolidar o desenvolvimento econômico centralizador, excludente e gerador de desigualdades. Tudo isso estava muito distante de uma educação como instrumento de construção de uma nação democrática, mais justa e igualitária.

Referências

BELLIATO, Moacir da Costa. *O colégio Nossa Senhora da Glória e o processo de escolarização no município de Francisco Beltrão – PR (1951-1982)*. 2017. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2017.

CATTELAN, Carla. *Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada*. 2014. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2014.

CATTELAN, Carla. História da formação do professorado rural primário em Francisco Beltrão – PR (1948 A 1980): o ensino multisseriado. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU*, 5., 2018. *Anais...* Campina Grande, v. 1, 2018, p. 1-15. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php>. Acesso em: 18 abr. 2021.

CATTELAN, Carla; CASTANHA, André Paulo. O desenvolvimento educacional de Francisco Beltrão em meio a luta pela terra, 1940-1960. *In: JORNADA DO HISTEDBR*, 11., 2013. *Anais...* Cascavel, 2013, p. 1-12.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. *In: SORJ, B., ALMEIDA, M. H. T. (Org.). Sociedade e política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 182-244.

FEIJÓ, Ivair. Mar de lama no Paraná. *Revista Panorama*, Curitiba, ano IX, n. 89, p. 02-11, out. 1959.

FRANCISCO BELTRÃO. *Relatório da Administração Eng^o. Deni Lineu Schwartz: gestão 1969-1973*. Francisco Beltrão, 1973.

GROFF, Iliane; ZANCANELLA, Yolanda. História da educação no Sudoeste do Paraná: espaço de lutas e contradições. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU*, 5., 2018. *Anais...* Campina Grande, v. 1, 2018, p. 1-15. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MARTINS, Fany Haus; BREMALKER, Francois Eugène Jean de; RUA, João; RIBEIRO, Luís Antônio de Moraes; CORRÊA, Roberto Lobato. Cidade e região no sudoeste paranaense. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 32, n. 2, p. 03-156, 1970.

MONDARD, Marcos Leandro; BACKES, Thaine Regina. A dinâmica migratória na (trans) formação territorial do sudoeste paranaense. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 7, n. 12, p. 47-60, 1. sem. 2008.

NOSELLA, Paolo. A pesquisa em educação: um balanço da produção dos programas de pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 43, p. 177-183, 2010.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. *HISTEDBR*, Campinas, 2006. p. 1-15. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 23 abr. 2021.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares: desafios teóricos. *Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Campo Grande MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008.

SCHLBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). *Hist. Educ.* [online], Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-79, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/zxsqPLwdJz6XxGvvWGpbxqz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 mar. 2021.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Litero-Técnica, 1985.

ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do “vazio demográfico”. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: 100 anos da Guerra do Contestado*, 15., 2016. Curitiba. *Anais...* Curitiba: 2016, p. 1-14. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/45/1466125179_ARQUIVO_TrabalhoAnpuhPR2016RonaldoZatta.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2021.

Sobre o autor

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia. Formado em história e pedagogia. Mestrado em história e Doutorado em Educação. Atualmente é professor da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus de Realeza PR.

E-mail: ronaldo.garcia@uffs.edu.br.